



SUDAMERICA

Revista Internacional de Direitos Humanos

UM GUIA PARA COMUNICADORES EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA MÍDIA

A GUIDE FOR COMMUNICATORS IN DEFENDING WOMEN'S HUMAN RIGHTS IN THE MEDIA

Dossiê Gênero e Resistências: Potências Feministas Frente às Violações de Direitos Humanos

Artigo recebido em 27/08/2025 e aceito em 08/12/2025.

Mabel Dias dos Santos¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente relato tem como objetivo apresentar a trajetória de elaboração do Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável, direcionado aos profissionais da comunicação na Paraíba com vistas a contribuir para uma cobertura que respeite os direitos humanos das mulheres pela mídia em casos sobre violência de gênero e feminicídio. O relato foi dividido em seis partes, incluindo a introdução, em que apresentamos, como surgiu a ideia deste Guia, e nos demais tópicos, mostramos a sua importância para a construção de uma mídia ética e responsável, apresentando as conquistas que têm sido obtidas desde o seu lançamento, como a atuação do Ministério Público Federal na elaboração de recomendações aos órgãos públicos e para os meios de comunicação paraibanos, baseadas no conteúdo do referido manual, bem como a promoção de debates e oficinas em instituições que atuam em prol dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Mídia; Mulheres; Manual; Violência de gênero.

Abstract

This report aims to present the trajectory of the development of the Guide to Confronting Violence Against Women: guidelines for responsible coverage, aimed at communication professionals in Paraíba, with a view to contributing to media coverage that respects women's human rights in cases of gender-based violence and femicide. The report is divided into six parts, including the introduction, in which we present how the idea for this Guide arose, and in the other sections, we show its importance for building an ethical and responsible media, presenting the achievements that have been obtained since its launch, such as the Federal Public Prosecutor's Office's role in developing recommendations for public bodies and media outlets in Paraíba, based on

¹ Doutoranda em Comunicação (UFPE), Mestra em Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB). E-mail: mabel.dias@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0151-7656>.



the content of the manual, as well as the promotion of debates and workshops in institutions that work for women's rights.

Keywords: Human Rights; Media; Women; Manual; Gender violence.

Introdução

Em 2023, jornalistas e ativistas feministas da cidade de João Pessoa, preocupadas com a abordagem sensacionalista que os meios de comunicação na Paraíba davam aos casos de violência contra as mulheres e aos crimes de feminicídio, realizaram um encontro para elaborar um manual que orientasse profissionais da comunicação em prol de uma cobertura ética e humanizada. Esse tipo de cobertura acontece de maneira mais frequente em programas classificados como policiaescos (Varjão, 2015), transmitidos em horário nobre, em emissoras de TVs brasileiras e paraibanas.

Surgia, assim, o Guia de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável, organizado pelo Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Observatório Paraibano de Jornalismo, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e a Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar da Paraíba (Reamcav).

O material é inédito na Paraíba e enfatiza a importância da ética, da responsabilidade social do jornalismo, da humanização e do respeito à vida e à dignidade das mulheres paraibanas, no momento da cobertura da mídia dos casos de violência de gênero e de feminicídios.

Entendemos que a mídia tem um papel fundamental para a promoção dos direitos humanos, e por ser formadora da opinião pública, pode ser uma aliada importante no enfrentamento à violência contra as mulheres, desconstruindo estereótipos e conscientizando a sociedade no combate à violência de gênero.

A repercussão e aceitação do Guia de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável tem sido positiva, o que motivou o Ministério Público Federal na Paraíba a elaborar duas recomendações, baseadas no manual: uma para a Secretaria de Estado da



Comunicação Social e a Assembleia Legislativa da Paraíba, com o propósito de evitar a destinação de verbas públicas para meios de comunicação e publicitários que violem os direitos humanos das mulheres; e a segunda, para os meios de comunicação da Paraíba, orientando para a não exibição de imagens apelativas de mulheres em situação de violência e a promoção de imagens dos agressores.

Apresentamos nesse relato, um panorama das violações aos direitos humanos das mulheres pela mídia na Paraíba, os objetivos que nos fizeram elaborar o Guia, o caminho que percorremos para organizá-lo e quais as conquistas que estão sendo obtidas.

Os programas policiaiscos, a violência de gênero e a violação aos direitos humanos das mulheres

A cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, conta, em 2025, com oito programas policiaiscos na programação das seguintes emissoras comerciais: TV Correio (afiliada à RecordTV), TV Tambaú (afiliada ao SBT), TV O Norte/Manaíra (afiliada à Rede TV!) e TV Arapuan (afiliada à Band). Utilizando a categorização proposta por Varjão (2015), estes programas são classificados como policiaiscos, por narrarem violências, com forte apelo popular, de maneira sensacionalista e espetacularizada, antiética e sem contextualização dos fatos, o que pode contribuir para a violação aos direitos humanos na mídia.

Por sua vez, Cabral (2019) enfatiza que estes programas impactam na construção do real, e seu conteúdo é construído com base em elementos ficcionais, como sirenes policiais e músicas de suspense, por exemplo, instigando medos e instintos de sobrevivência por parte das pessoas que os assistem. Nesse sentido, são criados estigmas e preconceitos, principalmente em relação às pessoas negras, pobres e periféricas, nas reportagens apresentadas por este gênero televisivo.

No Brasil, dados apresentados por Aires (2014) revelam que deve existir na programação das principais emissoras de televisão cerca de 110 programas policiaiscos.



A violência contra as mulheres tem sido pauta dos meios de comunicação da Paraíba. Isso se deve, de acordo com Azevedo (2011), pela incidência política do movimento feminista, considerado pela autora como *news promoter* no agendamento midiático. No entanto, nos anos 1990, com a entrada dos programas policiais na grade da programação das emissoras brasileiras, a violência contra as mulheres começou a ser tratada de maneira espetacularizada, sem contextualização dos acontecimentos, com as reportagens enfatizando apenas a parte criminal, e a violência contra as mulheres sendo tratada como “crime passionai”.

Dentre os programas policiais na Paraíba temos o Correio Verdade, veiculado pela TV Correio, afiliada à RecordTV, no horário do meio dia. No dia 08 de setembro de 2020, foi exibida uma reportagem no programa sobre o feminicídio da jovem Pâmela Bessa, na cidade de Poço José de Moura. Pâmela tinha apenas 26 anos, estava grávida e foi assassinada dentro de casa pelo seu marido, Hélio José de Almeida Feitosa. Ao comentar a reportagem, o apresentador Samuka Duarte afirma: “Em quem confiar? O marido que diz que ama a mulher e faz isso? A gente vê um negócio desse e pensa em ‘Whindersson Nunes’, confiando na mulher, levou um par de chifres de lascar.”

Em outro programa, intitulado O Povo na TV, desta vez de responsabilidade da TV Tambaú, afiliada à Band, o apresentador Erly Chaves, comentando uma entrevista com o agressor de uma mulher, que foi ao ar no dia 30 de julho de 2024, refere-se à violência praticada contra ela como “moído”. O programa ainda destinou ao agressor, 17 minutos para que ele justificasse as agressões que cometeu contra a sobrevivente.

Outro exemplo que evidencia a falta de compromisso com a cobertura ética por parte dos meios de comunicação na Paraíba aconteceu durante a divulgação do feminicídio da adolescente Júlia dos Anjos, de apenas 12 anos, abusada sexualmente e assassinada pelo padrasto, Francisco Lopes de Albuquerque. A reportagem foi exibida pelo programa Cidade em Ação, da TV Arapuan, apresentado por Samuka Duarte, na época. O caso foi tratado de maneira espetacularizada pela emissora, que não respeitou o luto da família,



insistindo em entrevistá-los no momento da notícia de que o corpo da menina havia sido encontrado.

Estes são alguns exemplos de como os programas policiaiscos, exibidos nas emissoras comerciais de João Pessoa, abordam os casos de violência de gênero. Além da violação aos direitos humanos das mulheres, identificamos também a ausência de informação sobre as causas da violência e sobre os serviços oferecidos pelo Estado da Paraíba para orientar e acolher mulheres sobreviventes de violência. Essa cobertura sensacionalista, misógina e antiética também pode ser encontrada em telejornais, programas de rádio e portais/sites de empresas tradicionais de comunicação.

A violação aos direitos humanos das mulheres, por parte dos policiaiscos, pode ser identificada através do discurso de culpabilização e revitimização das mulheres. Dias (2023) identificou no programa Alerta Nacional, apresentado por Sikêra Júnior na TV A Crítica, retransmitido em rede nacional pela Rede TV!, em 2021, cinco categorias que mostram a violação e a desinformação sobre os direitos humanos das mulheres por este programa: 1) culpabilização das mulheres vítimas e sobreviventes da violência; 2) superexposição das vítimas/violação de imagens; 3) romantização da violência; 4) descontextualização e desinformação sobre os direitos das vítimas e 5) Mulher de “bem” X mulher “do mal”.

Sobre os estereótipos, Veloso e Leite (2020) pontuam que, na cobertura dos casos de violência contra as mulheres, os veículos de comunicação fixam estes estereótipos, que por sua vez, geram preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos ligados a formações ideológicas sexistas, e que expõem as mulheres como cúmplices ou como culpadas pelos crimes que sofreram.

Além do reforço aos estereótipos, o preconceito contra mulheres transexuais e o racismo também podem ser observados no discurso dos apresentadores e de repórteres destes programas. Um dos casos emblemáticos que evidencia o discurso racista nos policiaiscos aconteceu em 2018, no programa Cidade em Ação, da TV Arapuan, afiliada ao SBT, em João Pessoa, na época apresentado por Sikêra Júnior. Ao comentar a prisão de uma



jovem negra, o apresentador usou argumentos misóginos e racistas, conforme aponta Florencio (2020).

O movimento feminista e de mulheres da Paraíba realizou um protesto em frente a emissora, e acionou o Ministério Público Federal para firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O TAC estabeleceu a exibição pela TV Arapuan de VTs educativos, um programa e entrevistas com mulheres que atuam no enfrentamento à violência de gênero na Paraíba, como a secretária de Estado da Mulher e promotoras de justiça. Os vídeos foram produzidos pelo movimento feminista e de mulheres da Paraíba, com apoio da Universidade Federal da Paraíba e da Uniesp.

Em relação às meninas e adolescentes, identificamos que a mídia paraibana também viola os direitos delas ao realizarem entrevistas com familiares, e com as próprias vítimas, divulgando detalhes do crime de abuso sexual, que vai contra o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069/90. Em 2023, o programa Tribuna Livre, da TV Arapuan entrevistou, por quase duas horas, a mãe de uma menina, de apenas 08 anos de idade, que foi abusada pelo padrasto. Essa prática, como trazemos no Guia, viola os direitos humanos infanto-juvenis e expõe as vítimas a riscos adicionais.

Um caso que ilustra a transfobia na mídia paraibana aconteceu no dia 21 de julho de 2025. Uma mulher trans foi assassinada na cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa. O repórter da TV Cabo Branco, afiliada à Rede Globo na Paraíba, Antônio Vieira, usou o gênero masculino para se referir a vítima, e ainda se utilizou do jornalismo declaratório para informar o motivo da morte dela, informando que a vítima era “usuário de drogas”. O Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres orienta que a mídia evite o jornalismo declaratório nesses casos que narram violências contra as mulheres, sejam elas trans, travestis ou cis, tendo um olhar de gênero, raça e classe, que não reforce preconceitos, principalmente quando se tratar de mulheres trans e negras.

Educação para os direitos humanos: um Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres para a mídia paraibana



Preocupadas com a cobertura misógina e discriminatória pela mídia paraibana em relação às mulheres, feministas e jornalistas reuniram-se, em novembro de 2023, em João Pessoa, para pensar um manual que orientasse jornalistas e comunicadores/as durante a cobertura dos casos de violência contra as mulheres e sobre o crime de feminicídio.

Os números relacionados a estes crimes, divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2024, eram preocupantes, revelando a crescente violência contra as mulheres no Brasil. A reunião foi organizada pelo Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, o Observatório Paraibano de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e a Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar da Paraíba (Reamcav), que acolheram as propostas apresentadas durante a reunião e organizaram o Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Diretrizes para uma cobertura responsável para a mídia paraibana. A iniciativa é inédita na Paraíba e tem alcançado uma repercussão positiva.

O Guia foi redigido pela jornalista Mabel Dias e pela professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, Glória Rabay, revisado pela jornalista e doutora em Sociologia pela UFPB, Isadora Lira e pela jornalista e doutoranda em Ciências da Informação, Janaína Araújo. A edição ficou sob a responsabilidade da secretária da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba, da jornalista Lídia Moura, da jornalista e doutoranda em Comunicação pela UFPB, Janaína Araújo, e da assessora da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e doutora em Ciências da Informação pela UFPB, Kalliandra de Oliveira.

O Guia foi lançado oficialmente em setembro de 2024, em João Pessoa, dentro da programação do Seminário Mídia, Ética e Gênero, organizado pelas mesmas entidades que elaboraram o manual. Durante um dia, jornalistas, ativistas do movimento de mulheres e feministas, estudantes de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e servidoras/es de órgãos governamentais debateram sobre a responsabilidade social da mídia na cobertura dos casos de violência contra

as mulheres, as violações aos direitos humanos das mulheres nos meios de comunicação, como a imprensa pode contribuir para a conscientização e combate à violência de gênero e de que forma os Ministérios Públicos Federal e Estadual podem atuar para coibir estas violações. O Seminário contou com a participação da chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade da Secretaria de Comunicação Social do governo federal, Delma Andrade.

Fotografia 1 – Lançamento do Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável em João Pessoa



Fonte: Leonardo Ariel (2024).

Dividido em dez tópicos, o Guia traz, em sua primeira seção, os seus objetivos, a importância em debater sobre a mídia e a violação aos direitos humanos das mulheres, e em sua segunda seção, mostra as propostas para as/os jornalistas e comunicadoras/es para a realização de uma cobertura ética e humanizada, apresenta as recomendações para a mídia e as Leis e códigos importantes que preservam a vida das mulheres, adolescentes e meninas brasileiras, e que devem ser amplamente divulgadas e respeitadas pelos meios de comunicação na Paraíba, os tipos de violência contra as mulheres, as fontes para entrevistas, um mini glossário, e por fim, as referências que inspiraram a sua construção, como o Dossiê Feminicídio, do Instituto Patrícia Galvão.

Fotografia 2 – Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável em João Pessoa



Fonte: registro da autora.

Dentre estes tópicos, destacamos o que trata das recomendações para a mídia. Nele, indicamos que os casos de violência contra as mulheres não devem ser tratados como um caso de polícia, e sim, como uma questão social, à luz do que afirmou Bandeira (2017): “É necessário reconhecer que a violência contra a mulher é uma força social herdada da ordem patriarcal e dotada de capacidade estruturante da realidade social”.

Outro ponto de destaque diz respeito à justiça reprodutiva, pouco falada na mídia brasileira e paraibana. Ela trata sobre as mães cujos filhos/as envolveram-se em crimes, e que geralmente em programas policiais, são expostas e culpabilizadas pelo comportamento das/os filhas/os, e também sobre mulheres que são detidas, suspeitas de tráfico de drogas, e que são alvo de estigmas. Nesses casos, ressaltamos que é importante a contextualização da situação, mostrando as desigualdades sociais, econômicas e políticas que permeiam e afetam a população negra e também informem o que é justiça reprodutiva.

Ainda sobre as recomendações para as empresas de comunicação, orientamos que façam cursos e oficinas, de maneira contínua, com os seus profissionais sobre a temática da violência contra as mulheres, incluam em



seus sites e blogs, o Guia da Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência Doméstica e Sexual e que produzam um manual de boas práticas, ou que adotem nas redações o Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável e o Código de Ética da/o Jornalista Brasileira/o, elaborado pela Federação Nacional das/os Jornalistas Brasileiras/os (Fenaj). Após o lançamento do Guia, o Ministério Público Federal na Paraíba, convocou as entidades, que organizaram o manual, assim como o portal Paraíba Feminina, a coordenação das delegacias da mulher na Paraíba, o Ministério Público estadual e a Defensoria Pública da Paraíba para contribuir na elaboração de recomendações para órgãos governamentais e legislativos e para os meios de comunicação da Paraíba.

O Guia inspira as recomendações do Ministério Público Federal na Paraíba

Diversas reuniões foram realizadas para elaboração das recomendações, coordenadas pelo Ministério Público Federal na Paraíba, com as entidades responsáveis pela elaboração do Guia. As reuniões produziram duas recomendações. A de número 10/2024 está direcionada aos meios de comunicação da Paraíba e a de número 11/2024, direcionada à Secretaria de Estado de Comunicação e à Assembleia Legislativa do estado da Paraíba.

As entidades propõem na recomendação nº 11/2024 que a Secom e a Assembleia Legislativa, ao contratar serviços de publicidade, a ser veiculados em sites, blogs, rádio e TVs, adotem os termos presentes na recomendação e no Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável, como critérios para contratação deste tipo de serviço. A recomendação nº11/2024 estabelece ainda que seja incluído nos editais e nas minutas de contrato, cláusulas prevendo sanções, conforme a Lei 14.133/2021, caso seja descumprido os documentos mencionados nos itens desta recomendação, incluindo a possibilidade de rescisão contratual. A recomendação para a Secom e para a Assembleia Legislativa da Paraíba propõe ainda que, no prazo de 60 dias, as empresas com contratos vigentes com a Secretaria de Comunicação da Paraíba e a Assembleia Legislativa



proponham termo aditivo para incluir o Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: diretrizes para uma cobertura responsável e a recomendação nº 11/2024 em seus editais e minutas de contrato.

Em relação aos meios de comunicação, a recomendação nº 10/2024 estabelece que os veículos de mídia se guiem pela ética, evitando sensacionalismo, o uso de imagens apelativas e de conteúdos, que minimizem os crimes e que deem visibilidade aos agressores de mulheres e feminicidas. A recomendação enfatiza o respeito aos direitos humanos das mulheres, aos direitos fundamentais, o papel educativo da mídia, e que sejam observados os marcadores sociais, como raça/etnia, identidade de gênero, classe e orientação sexual, no momento da construção da notícia. A recomendação estabelece também que as integrantes do movimento feminista e de mulheres sejam entrevistadas em matérias que tratem sobre a violência de gênero e os crimes de feminicídio e que sejam divulgados os serviços na Paraíba onde as mulheres podem encontrar ajuda.

O Ministério Público Federal, estadual e a Defensoria Pública da Paraíba pontuam também que, mesmo acatando as recomendações, a Secretaria de Comunicação da Paraíba, a Assembleia Legislativa e as empresas de comunicação não estão isentas de observar as regras constitucionais e infraconstitucionais relacionadas a estes entes.

O desafio, agora, é monitorar se os recomendados cumprirão na íntegra as cláusulas presentes nas recomendações.

“Se fosse sua mãe ou sua filha, como você daria a manchete?”

Ao lançar as recomendações, em novembro de 2024, a assessoria de comunicação do Ministério Público Federal na Paraíba apresentou a campanha “Precisamos mudar o modo como falamos sobre violência contra as mulheres na mídia”. A proposta é dialogar com a sociedade, as/os jornalistas e comunicadoras/es, fazendo-os refletir sobre o modo que a violência contra as mulheres é divulgada nos meios de comunicação da Paraíba e sobre os impactos negativos que a misoginia pode causar para a compreensão deste fenômeno. As peças elaboradas pela Ascom do MPF/PB são um vídeo e cards



digitais, que circularam nas redes sociais, e foram apresentadas ao público no dia da assinatura das recomendações em novembro de 2024, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), secção Paraíba.

Na construção das peças da campanha, a Assessoria de Comunicação do MPF/PB dialoga com as pessoas que ainda não estão familiarizadas com a discussão sobre ética e mídia, e têm uma visão conservadora acerca do fenômeno da violência contra as mulheres. O vídeo, por exemplo, é narrado por uma voz masculina. Essa escolha foi estratégica para desafiar e conscientizar outros homens sobre a importância na mudança de comportamento em relação às mulheres. A Assessoria do Ministério Público Federal explica que, em um contexto de machismo institucionalizado na sociedade brasileira, onde os homens se sentem no topo da hierarquia social, um chamado à ação vindo de outro homem pode ser mais propenso e ser acatado do que se o vídeo fosse narrado por uma mulher.

Figura 1 – Card da campanha “Precisamos mudar o modo como falamos sobre violência contra as mulheres na mídia”



Fonte: Comunicação MPF/PB.



A referência a parentes na frase mote da campanha teve como objetivo apresentar uma mensagem que traga empatia com uma mulher próxima ao profissional da comunicação, ao divulgar as notícias sobre violência contra as mulheres, meninas e adolescentes, como ponto de partida para estimular o respeito com as demais mulheres. É fundamental que todas as mulheres mereçam respeito e dignidade, mas a pergunta da campanha “Se fosse sua mãe ou sua filha, como você daria a manchete?” serve como uma ferramenta provocativa para refletir sobre a falta de empatia que a maioria dos profissionais de comunicação demonstram em relação às vítimas de violência de gênero, principalmente quando são mulheres periféricas, trans e negras.

Após o lançamento do Guia, a assinatura das recomendações e o lançamento da campanha nas plataformas digitais, organizações que atuam no combate à violência contra as mulheres realizaram oficinas e mesas redondas para discutir a mídia e a violação aos direitos humanos das mulheres, como o Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (Cendac), a escola de ensino integral João Caetano, na cidade de Bayeux, o Observatório de Femicídio Briggida Lourenço, e em agosto deste ano, diversas entidades realizaram um encontro entre jornalistas e estudantes de Jornalismo, na Universidade Federal da Paraíba, onde o Guia de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi um dos temas principais debatidos durante o evento. A mesa contou com as presenças da presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj), Samira de Castro, e duas autoras do Guia, as jornalistas Janaína Araújo e Mabel Dias.

Considerações Finais

O Guia, as recomendações do Ministério Público Federal, Ministério Público estadual e a Defensoria Pública do estado da Paraíba e as atividades educativas, realizadas em escolas, universidades e centros de apoio aos direitos de crianças e adolescentes sobre os meios de comunicação são passos importantes para a construção de uma mídia que respeite os direitos humanos das mulheres na Paraíba.



A ação das jornalistas e do movimento feminista ao reunir-se com as organizações que organizaram o Guia apresenta-se como uma resistência política diante dos ataques sistemáticos que os direitos das mulheres têm sofrido na atualidade, por parte de diversos setores da sociedade, como o Congresso Nacional, governos de extrema direita e das plataformas digitais, que abrigam e estimulam a presença de grupos masculinistas, com discursos de ódio em relação ao gênero feminino.

A mídia, infelizmente, tem reproduzido discursos misóginos e que reforçam discriminação em relação às mulheres, meninas e adolescentes vítimas de violência, contribuindo assim com o machismo estrutural ainda presente na sociedade brasileira. As ações desenvolvidas na Paraíba, desde a assinatura do TAC com a TV Arapuan e o Ministério Público Federal, em 2018, evidenciam um desejo de mudança sobre este enquadramento dado pela mídia sobre o fenômeno social da violência contra as mulheres, como indica Bandeira (2017), mostrando para a mídia que ela pode e deve atuar de maneira ética e responsável.

A resistência e a incidência política dos movimentos sociais no Brasil, em particular o feminista, sobre os meios de comunicação, encontra registros desde os anos 1990, com a promoção de campanhas, elaboração de manuais e pesquisas, como o projeto “Mídia sem violações”, iniciado em 2015. Essa resistência dos movimentos sociais em relação à mídia mostra a importância do controle social em relação aos conteúdos midiáticos, defendendo produções educativas, diversidade cultural, informação com ética e qualidade

Miranda (2017) indica a criação de políticas públicas de comunicação, com perspectiva de gênero, como um caminho para romper com este cenário de violação aos direitos humanos das mulheres na mídia, promovendo uma transformação cultural profunda nos meios para que os direitos das mulheres sejam respeitados.

Referências bibliográficas



AIRES, J.S.F. **Programas sensacionalistas e relações de poder**: a construção de um perfil político de um “defensor do povo”. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, S.R.S. **Mulheres em pauta**: gênero e violência na agenda midiática. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2011.

BANDEIRA, L.M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. *In*: ZANELLO, V; SILVA, E.; PORTELA, C. (Org.) **Mulher e violência**: interseccionalidades. DF: Techonopolitik, 2017. 628 p.

CABRAL, T.M.P. **Fiscalização estatal sobre o conteúdo televisivo**: violação de direitos em programas policiais na televisão. Tese do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

CHAVES, E. **O povo na TV**. [João Pessoa]: [s.n.], 2024. Publicado pelo canal da TV Tambaú em 30 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srggb0Z7WTs>. Acesso em: 17 de agosto de 2025.

DIAS, M.; RABAY, G. **Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**: diretrizes para uma cobertura responsável. Organização: Secretaria de estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba [et al.] - João Pessoa: SEMDH, 2024. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/para-que-serve-este-guia-de-enfrentamento-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 17 de agosto de 2025.

DUARTE, Samuka. **Cidade em Ação**. [João Pessoa]: [s.n.]. 2022. Publicado pelo canal da TV Arapuan em 12 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSQVa3XCy1U>. Acesso em: 17 de agosto de 2025. Acesso em: 22 de julho de 2025.

DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. *In*: BARROS, J. DUARTE, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2025.

FLORENCIO, A. **Antagonismo e protagonismo social**: a violação dos direitos humanos no telejornalismo policial da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.



LUIS, W. **Tribuna Livre**. [João Pessoa]: [s.n.], 2023. Publicado pelo canal da TV Arapuan em 20 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dLP2hTicyul>. Acesso em: 09 de novembro de 2025. Acesso em: 22 de julho de 2025.

MIRANDA, C.M. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. *In*: STEVENS, C. et al. (Org.) **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

VARJÃO, S. Violações de direitos na mídia brasileira: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa. **Guia de Monitoramento de Violações de Direitos**, v.1. Brasília. DF: ANDI, 2015. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/guia-violacoes-de-direitos-humanos-na-midia-volume-i/>. Acesso em: 22 de julho de 2025.

VELOSO, A.M.C.; LEITE, P.O. Violação de direitos na mídia e resistência: o caso Diana no Jornal Aqui PE. *In*: AURINO, A. L.B.; PINHEIRO, J.; CORREIA, L.C.; RODRIGUES, M.F.F.; FRANÇA, M.H.O. (Org.) **Direitos Humanos: Cidadania e Políticas Públicas**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. Vol. 3. 924 p.

VIEIRA, Antônio. **Bom dia Paraíba**. [João Pessoa]: [s.n.]. 2025. Publicado pelo canal GloboPlay em 22 de julho de 2025. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13777490>. Acesso em: 22 de julho de 2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.